



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,
NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2024
N.º 06/2024**

----- MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente – Daniel Filipe Matos dos Santos, 1.º Secretário – José Emílio Esteves da Silva, 2.º Secretário – Paula Cristina Morais Guedes Borges -----

----- PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- Manuel Aguiar Rego, Rosa Martins Cardoso, António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Fernando Borges Moreira, Gil Carlos Lourenço Teixeira, Inês Nogueira Rebelo, João dos Santos Silva, Manuel António Esteves Rebelo, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, António Júlio Mesquita Fernandes e Cristina Maria Martins Coelho. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: ----

----- Isabel Maria Mourão Felizardo. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- Branca Maria Magalhães Bernardo Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP: -----

----- Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Eugénio Conceição Borges Rocha, António Manuel Rocha Gomes, Maria Manuel Aires Nogueira e Maria Sequeira. -----

----- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Tiago Borges Magalhães, Maria Enide Gouveia da Silva Menezes Seixas, Jóni André Borges Madureira e José Manuel Amorim Almeida. -----

----- **AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS:** Não houve. -----

----- **PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente, Fernando Mourão Gonçalves, Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores. -----

----- **SECRETARIOU:** Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** 18:30 HORAS. -----

----- **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 –** Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de setembro de 2024. -----

----- **1.2 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----

----- **1.3 -** Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 –** Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Tomar conhecimento da Informação Semestral sobre a Situação Económica, Financeira e Orçamental – 1º Semestre de 2024 (alínea d), n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Deliberação de Câmara Municipal de 3 de outubro de 2024); -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2025 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2025, para as famílias com dependentes a seu cargo ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1.º do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -

----- **2.5** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2025 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a isenção total das taxas de ocupação de espaço público com esplanadas, mobiliário urbano, equipamentos, suportes publicitários e vendedores ambulantes não sedentários com sede no concelho de Santa Marta de Penaguião e estabelecimentos comerciais com exposição de produtos na via pública (alínea b), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 109.º da Tabela de Taxas-2024, com efeitos de 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025 - Deliberação de Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024). –

----- **2.7** – Deliberar sobre as peças do Procedimento do Concurso Público para Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, a ser dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Douro, para efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como autorizar a despesa e compromisso plurianual, e a Minuta do Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Relacionadas com a Prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos e para os efeitos da alínea m) conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- **2.8** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2025 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2025 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-

Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

---- **Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

---- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 29 de novembro de 2024. -----

---- *“Muito boa tarde, sejam bem-vindos ao salão nobre do município de Santa Marta de Penaguião. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, restante executivo, senhores deputados da Assembleia Municipal, senhor Chefe de Divisão Eng.º Ricardo e ao nosso estimado público que muito nos honra com a sua presença.”*

---- **1 – PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

---- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

---- **1.1 –** Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária do dia 27 de setembro de 2024. -----

---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a respetiva ata à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

---- **1.2 –** Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. -----

---- **1.3 –** Assuntos de Interesse Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Boa tarde a todos. Em primeiro lugar porque faz sentido, dar os parabéns ao executivo por esta bonita cerimónia se lhe pudermos chamar, foi uma cerimónia bonita que teve muito público, com as comissões de festas, estiveram muito bem, estão de parabéns nesta inauguração da iluminação de Natal. Depois tenho aqui dois ou três assuntos que quero trazer. Já falamos neles constantemente por uns motivos ou por outros. Salvo erro na última assembleia a minha colega Maria Manuel, o Sr. Presidente não estava cá, ou seja, colocou a questão à Sr.ª Vice-presidente, relativamente à escola da Veiga, é uma questão que nos preocupa porque nós passamos e quem passa na estrada, olha para a Escola da Veiga e quase já não vê muros nenhuns. A Sr.ª Vice-Presidente disse que na semana a seguir iria logo mandar alguém limpar. Passaram-se dois ou três meses da última Assembleia e a única coisa que cresceu foi o mato ali á volta. Acho que não é digna aquela escola estar assim, e pelo menos uma limpeza acho que é necessária. Depois ainda também na senda das limpezas, procederam-se a várias limpezas nas várias estradas e bermas do concelho e constatei que em algumas delas, foi efetivamente feito o corte da erva, mas muita da erva ficou em montes nas valetas. Acho que não é seguro, porque vem a chover e aquilo tudo vai para a estrada e entope os aquedutos, ou seja, potencia estragos nas viaturas e por aí fora, acho que não é a maneira certa de fazer o trabalho, quem corta tem depois de encaminhar aqueles resíduos.* -----

----- Depois também trago aqui algo que foi um cidadão que comentou comigo relativamente ao pavilhão gimnodesportivo. Existem várias infiltrações, o piso, já abordamos aqui, tem lá alguns cortes, mas o que me meteu mais confusão foi uma fotografia que me mostraram de um dos balneários que está coberto, isto, não estou a ironizar, se vissem a fotografia até lhes dava vómitos, porque é só bolor no cimo do balneário, é algo que devia ser tratado. Também analisei com bastante cuidado o orçamento e sei que estão previstas obras para lá, mas enquanto as obras não avançam era algo que deveria ser tratado. Obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em primeiro agradecer o reconhecimento desta iniciativa que é uma iniciativa de todos e para todos, mais ainda. Gostava de também deixar aqui registado um passo que uma penaguiense deu ao ser convidada para o secretariado do executivo municipal da Câmara Municipal de Lisboa. É importante percebermos o quanto é importante para nós termos penaguienses nesses lugares, portanto dar os parabéns à Deputada Enide desejar-lhe os maiores sucessos nessas novas funções, porque o sucesso dela será também o nosso sucesso e assim Santa Marta de Penaguião chegará mais longe. Fiquei muito contente pelo convite que lhe foi feito e por naturalmente ter aceite. Relativamente à Escola da Veiga penso que já está a ser intervencionada, as limpezas, e nós voltamos sempre ao mesmo, nós temos uma dificuldade de pessoal e naturalmente e eu digo naturalmente e vocês percebem, a oposição vai ser contra e o executivo não concorda com mais admissão de pessoal. Nós, já foi aqui explicado temos quatro cantoneiros, temos um de baixa á espera da reforma, temos outro de baixa por doença, essa dificuldade não explica tudo, também

é preciso perceber que estas críticas são sérias, verdadeiras, também devem depois aquando das decisões sejam consideradas ou seja, é bom que critiquem porque uma boa crítica faz-nos ter um desempenho melhor. Também era importante que a oposição entendesse essa necessidade. Quanto ao Pavilhão, também é verdade, nós tínhamos a ideia de avançarmos para arranjar o piso só que quando nos apresentaram orçamento vimos que tínhamos que mexer em outras coisas, e naturalmente ao fazermos uma coisa fazemos as duas, porque também quando mudarmos o piso vamos ter de parar atividades e assim em simultâneo fazemos as duas situações". ---

----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- 2.1 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento. -----

----- 2.2 – Tomar conhecimento da Informação Semestral sobre a Situação Económica, Financeira e Orçamental – 1º Semestre de 2024 (alínea d), n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Deliberação de Câmara Municipal de 3 de outubro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----



----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.3** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2025 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Eu vou falar neste ponto mas também sobre o ponto três, quatro, cinco e seis, e dizer que não se vão habituando muito a que eu vá parabenizar o executivo por estas iniciativas e estas medidas, mas a verdade tem de se reconhecer que são medidas no município onde temos um pib per capita muito baixo, dos mais baixos do País, são várias medidas que permitem e que fazem com que os penaguienses fiquem com dinheiro no bolso, portanto, aqui esteve bem o executivo e também mereceu o voto favorável dos vereadores de PPD/PSD.CDS-PP, e também são medidas boas que fazem com que os Penaguienses fiquem com mais dinheiro, é verdade que a Câmara perde dinheiro que poderia investir noutras coisas mas esse dinheiro fica no bolso dos Penaguienses e eles provavelmente vão gastá-lo cá e até o governo PPD/PSD-CDS.PP também presenteia a Câmara Municipal com mais ou quase meio milhão de euros no orçamento portanto ficamos todos a ganhar.* -----

----- *Queria também solicitar, é prática na Assembleia da República, nesta Assembleia também sempre foi prática, que abduco do restante tempo deste ponto três, quatro,*

cinco e seis e juntar ao ponto oito que é um dos pontos mais importantes aqui nesta assembleia. Obrigado". -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2025, para as famílias com dependentes a seu cargo ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1.º do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.5** – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2025 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.6** – Deliberar sobre a isenção total das taxas de ocupação de espaço público com esplanadas, mobiliário urbano, equipamentos, suportes publicitários e vendedores ambulantes não sedentários com sede no concelho de Santa Marta de Penaguião e estabelecimentos comerciais com exposição de produtos na via pública (alínea b), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 109.º da Tabela de Taxas-2024, com efeitos de 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025 - Deliberação de Câmara Municipal de 5 de novembro de 2024). –

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. O deputado António Manuel Rocha Gomes ausentou-se no momento da votação.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre as peças do Procedimento do Concurso Público para Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro, a ser dinamizado pela Comunidade Intermunicipal do Douro, para efeitos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como autorizar a despesa e compromisso plurianual, e a Minuta do Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Relacionadas com a Prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos e para os efeitos da alínea m) conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 16 votos a favor da bancada do Partido Socialista, Por Medrões Sempre e Fazer Mais Pela Nossa Terra, e 5 votos de abstenção da bancada do PPD/PSD-CDS.PP** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2025 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Há pouco disse aqui para não se habituarem a que eu dê sempre os parabéns ao executivo porque agora já vou, como se costuma dizer, estragar a pintura toda. Relativamente ao orçamento, esta sessão de assembleia, sendo uma das mais importantes ao longo do ano, deveríamos ter mais tempo para analisar e estudar o documento, para ver em condições os documentos. Mas uma vez que o documento é um copy past dos anos anteriores também não precisamos muito e aliás os argumentos que eu possa trazer aqui, são os mesmos que apresentei no ano passado ou há dois anos, que há cinco não estava cá, mas serão mais ou menos os mesmos e consequentemente, os argumentos e as desculpas que aqui serão apresentadas serão mais ou menos as mesmas. No entanto, cumpre-me aqui deixar algumas*

considerações. Relativamente, e vou dar aqui alguns exemplos, na rubrica despesas com pessoal, as mesmas cifram-se em quatro milhões e duzentos mil euros e depois temos uma outra rubrica na página 26, com uma despesa de 2,4 milhões na aquisição de serviços, acho que é um valor demasiado exagerado. Também uma coisa de que já falamos no ano passado, o que até tem alguma piada, na parte da receita uma receita de 100€ destinados a mercados e feiras, quando nós aqui em Santa Marta de Penaguião, não temos nenhum mercado nem nenhuma feira. Na página 65 do documento, prevê-se uma despesa de oitenta mil euros para horas extraordinárias. Depois no Plano Plurianual, temos uma série de rubricas que só estão lá para dizer que estão, porque as principais obras, aquelas que no nosso entender deveriam ser as principais, têm lá rubricas com a dotação orçamental de quinhentos euros, por exemplo Auditório, Fórum de Atividades e nós já ouvimos isto aqui, é o orçamento para 2025, ao longo do ano nós já fomos falando do Auditório, do Fórum, que será para breve que vai entrar em obras, mas, nem para o Orçamento de 2025 conseguem fazer uma previsão do que vão gastar ou se vão gastar ou não. Depois isto é uma questão ou não, está prevista uma despesa de cinquenta mil euros para reparações nas Piscinas e eu não entendo, o Senhor Presidente vai-me responder para que serão esses cinquenta mil euros, pois julgo que elas foram intervencionadas ainda há bem pouco tempo. Não percebo porque estão lá esses cinquenta mil euros. Depois na página 89, relativamente ao endividamento do município, temos lá um empréstimo de setecentos mil euros, que foi pedido e já foi gasto, que era para arruamentos, para alcatroar algumas estradas, mas a verdade é que olhamos para a maior parte das estradas e elas continuam iguais, o que é que se vai fazer em relação a isso? Vai-se fazer outro empréstimo, é que lembre-se, a este empréstimo ainda faltam 17 anos

para se pagar estes setecentos mil euros, portanto das duas uma, ou ainda se vai endividar mais ou então não sei como vai fazer. E também dizer outra coisa, seria bom e seria uma prática razoável não só para nós deputados como para a própria população, é assim, fazemos apresentações de rampas, apresentações da semana cultural, porque é que não se faz uma apresentação do orçamento onde o Senhor Presidente e quem faz o orçamento, chega ao pé da população e diz assim, este é o nosso plano orientador. Nós vamos gastar aqui, nós vamos seguir isto, seguir aquilo, acho que seria muito mais útil do que sinceramente a apresentação de uma rampa ou da semana cultural, porque o orçamento e a prestação de contas são os documentos mais importantes que o Município pode ter. Depois este orçamento, daquilo que nós vimos é que entre 70% a 80% das obras incluídas no orçamento para além de uma dotação residual, como eu já disse, já constam do Orçamento do 1º mandato, ou seja, a partir de 2014 a 2017, pouca dotação nas principais obras e não se fizeram por isso é que elas constam desde 2014 a 2017. As deste ano são as mesmas de 2014. -----

----- De seguida, e esta parte na minha ótica é a mais importante de todas, não se vislumbra uma medida ou qualquer medida que se possa considerar estratégica para o desenvolvimento económico do concelho, dinamização da economia, captação de empresas, fixação de população, sobretudo população jovem. Não se vê uma única medida de fixação de população, de criação de emprego, de criação de riqueza, por isso é que temos um dos pib per capita mais baixos do País. Não há medidas que visem a eficiência energética, a luta contra as alterações climáticas, o que é estranho porque normalmente é a Esquerda que se assume como defensora da eficiência energética, das alterações climáticas e tudo mais e aqui, é ao contrário é a Direita que está sempre em cima deste assunto. No Plano Plurianual, se repararem no período

2013/2021 estão por executar 75% das ações previstas e mais grave, agora também se vem dizer aqui á boca cheia que o PPD/PSD, não apresenta propostas no Orçamento, durante o ano, se formos a ver os vereadores do PPD/PSD apresentaram propostas em reuniões de Câmara onde foram aproveitadas algumas e até aliás a própria bancada do PPD/PSD-CDS.PP, também apresentou uma proposta que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, encaminhou para o executivo e dessa proposta nunca mais ouvimos falar. Era uma proposta que visava o aumento da taxa de natalidade. Não sabemos, nunca foi a uma reunião de Câmara, não está plasmado em nenhum ponto do orçamento, portanto, quando nos disserem que não apresentamos propostas, é mentira. Também se vê aqui, quando o município não apoia a natalidade, que tem as suas prioridades completamente trocadas, eu até me arrisco a dizer se isto fosse como um jogo de futebol, você já teria levado um cartão vermelho há muito tempo. Relativamente ao orçamento aquilo que eu tenho para falar é basicamente isto. Em termos económicos não se vislumbra qualquer tipo de proposta, não se vê nada para fixação de jovens, criação de emprego, fixação de empresas. O município, como vocês bem sabem, sem políticas que envolvam isto, não chegará muito longe, Obrigado”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio Fernandes, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Em primeiro, eu não pedi a palavra no período antes da ordem do dia, e vou roubar aqui uns minutinhos para dizer que é com muita pena minha que não está cá a deputada Enide, para desejar exatamente as mesmas felicitações do Sr. Presidente da Câmara e alongar-me um bocadinho mais a dizer, que foi com muito gosto que vi uma pessoa da nossa terra ser candidata a uma juventude partidária e desejar-lhe a

maior sorte e as maiores felicidades, nesta luta que será dela, com todo o gosto que nós a iremos ver chegar a altos palcos. -----

----- Falando deste orçamento e respondendo à bancada do PPD/PSD, dizer-lhe que efetivamente concordo consigo numa frase que disse. O senhor deputado disse que nós devemos ser sérios, quando devemos ser sérios e quando apontou à Esquerda na luta contra as alterações climáticas bem como a prevenção das alterações climáticas, eu pergunto ao Sr. Deputado o que é que é a Requalificação dos Paços do Concelho com vista à eficiência energética, eu pergunto se isto não é uma luta contra as alterações climáticas, contra a votação dos seus vereadores do PPD/PSD, de igual forma, quando nós falamos das Escolas estarem a sofrer alterações com vista a uma valorização energética eu pergunto-lhe novamente de que é que nós estamos a falar. Nós temos de ser sérios, é verdade, mas então temos de ser sérios com todas as vertentes, não só para aquilo que nós queremos. E pergunto-lhe também, a colocação de leds, em grande parte do nosso concelho, não é também uma medida de eficiência energética? É aquilo que eu quero questionar, é aquilo que o Sr. Deputado Jorge Teixeira disse aqui á pouco. Dizer-lhe que o sentido de voto da bancada do Partido Socialista, Por Medrões Sempre e Fazer Mais Pela Nossa Terra da Cumieira será uma votação pela aprovação do orçamento porque contrariamente ao que aqui se diz que não existe um fio condutor, uma estratégia, é exatamente o que nós temos feito desde 2013, existem obras, existe um fio condutor, eu estou de acordo quando diz que existem obras a ser feitas, que existe um caminho a ser trilhado e é exatamente isto que se faz, há um caminho, não é do dia para a noite que se faz. Existem obras a ser feitas. Outra das situações que eu tenho mesmo que dizer é que este é um orçamento equilibrado, claro está que as receitas são iguais às despesas, senão não estaríamos

aqui a fazer nada, dizer-lhe que é um orçamento virado para as pessoas, é um orçamento virado para o apoio social. A habitação social é um problema que assola essa europa fora, independentemente de ser um governo de esquerda ou de direita. Nós temos um problema de habitação social e este executivo já olha para este problema há largos anos, não respondemos só agora. Nós não estamos a reagir, nós estamos a agir, é diferente, é diferente jogar na reação do que na ação e esta aposta tanto na ação social como na educação tem vindo a ser plasmado nos orçamentos e tem vindo a ser uma aposta deste executivo municipal. Desta forma dizer-lhe que a bancada do partido socialista apoia sim e acha que este orçamento deve ser votado favoravelmente garantindo assim a passagem deste orçamento. Dizer-lhe que não concordamos quando diz que não se faz nada pela economia, nós sabemos que a economia Portuguesa cresce, quando o turismo também cresce e eu questiono como é que existe uma rubrica plasmada de mais de seiscentos mil euros no turismo e quer-se dizer que não existe aqui uma aposta, não quero falar nas rubricas porque se vamos entrar nas rubricas é o mesmo, como o Senhor deputado diz, é o mesmo que falamos no ano passado, há dois anos e há três anos, as rubricas que existem abertas todos sabemos para o que são, estão abertas a aguardar que possa existir algum tipo de projeto a que nos possamos candidatar, só assim, ou seja são os decisores que decidem, é mesmo isso, dizer-lhe que este orçamento mantém-se fiel e dizer-lhe também que as propostas do PPD/PSD, existem sim, mas eu também quero deixar aqui uma pergunta ao executivo municipal, eu pergunto, quantas dessas propostas já têm sido medidas ou seja, muda-se uma virgula, já são propostas do PSD, era isso que eu queria perguntar também ao Presidente. Obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “O espírito natalício continua, o Sr. Deputado está muito sereno, mas com alguns problemas de memória. Em primeiro lugar estranho que nós tenhamos nas transferências para as Associações desportivas, meramente os subsídios anuais e este ano conseguimos participar o que foi preciso no Campo da Flávia e não digo mais nada. Falamos muitas vezes no Campo da Flávia, tivemos uma cerimónia há cerca de três semanas e aqui nesta Assembleia não ouvimos uma palavra, mas lembro quando aprovamos no ano passado as grandes Opções para 2024, estava a zero euros para participar. Eu já disse aqui, já sugeri, disse-lhe também os orçamentos do executivo liderado pelo PSD que nem zero lá têm, só têm dois traços e o nome da rubrica. Se forem ver e temos aqui dois deputados intermunicipais, o orçamento que foi aprovado na quarta feira no Concelho Intermunicipal, tem lá uma rubrica que só tem dois traços, nem zero tem, e isto para dizer o quê, para dizer duas coisas muito simples, para gerir um orçamento nós temos de colocar limites, o que é que foi o entendimento, duas coisas, uma é não inscrever, não definir, não precisam de vir à Assembleia e depois passar para definido e a outra questão é nós conseguirmos que paulatinamente nós consigamos trabalhar a dotação que temos para conseguir essas candidaturas. Logicamente se a candidatura não se concretizar o dinheiro não entra, mas curiosamente nós inscrevemos e ninguém disse nada, nós inscrevemos 211mil euros para os transportes e garantidamente, se calhar, não vamos gastar um centimo, porque há um concurso internacional, vai demorar, vai pedir declarações, vai passar o ano de 2025 e o concurso não é adjudicado. Não sendo adjudicado, nós temos lá 211 mil euros parados. É só para perceber. Há quem

defenda, na questão do concurso dos transportes, há quem defenda que nós devíamos ter a dotação orçamental na altura da assinatura do contrato. O que eu concordo, porque só na assinatura do contrato é que nós estamos a assumir a despesa, até lá não há despesa nenhuma e se o concurso ficar deserto menos despesa há, ora isso só é possível nos municípios que têm mil e trezentos ou mil e quinhentos milhões, como Lisboa, porque há espaço para tudo, não num orçamento como o nosso que fica muito apertado, mas, nós já falamos disto tantas vezes acho que era desnecessário estar a falar. Depois voltamos sempre ao mesmo, eu gostava de perceber, os executivos do PSD ou eu estou enganado, ou não admitiram ninguém ao longo destes últimos anos. Só Santa Marta de Penaguião é que está a admitir pessoal. Não consigo perceber. Não consigo perceber como é que só o Município de Santa Marta de Penaguião gasta dinheiro em pessoal, os outros não gastam. Há municípios por exemplo, temos Mesão Frio que é mais pequeno e tem mais gente que nós, temos municípios que têm três vezes mais gente que nós, vão a Valpaços a Boticas, que até é PSD, etc. É preciso perceber. Ainda agora falaram nas estradas, é preciso perceber os cantoneiros que nós temos disponíveis e aqueles que não temos. É preciso perceber isso para não falarem na questão sempre do pessoal que todos os anos é constante. Relativamente às horas extras eu gostaria de perguntar, os dirigentes das Associações desportivas e culturais, há quanto tempo é que não pagam, quando são as viaturas municipais, que eu saiba nós não temos nenhum motorista, e os senhores sabem que não temos nenhum motorista que só trabalhe ao domingo e descanse à segunda e à terça, trabalham durante a semana porque são precisos e ao sábado e ao domingo quando saem com as Associações são horas extras, é mais dinheiro é, querem fazer uma proposta para que todos os clubes e a

Associações paguem, estão á vontade, até fevereiro podem-na fazer e nós cá estamos para discutir. É preciso perceber onde se gasta e como se gasta, uma coisa é ter desperdício ou não ser uma boa gestão isso é uma coisa, agora aquilo que está previsto é aquilo que nós pensamos. Agora são políticas, nós baixamos os impostos, perdemos receitas, mas temos mais horas extras temos, mas beneficiamos as Associações e os Clubes Desportivos, é uma questão de opção. Depois também é preciso e nós já vamos tendo experiência para isso. Nós inscrevemos o Fórum, o Auditório, o Edifício aqui dos Paços do Concelho e a Escola na nossa ITI. A nossa ITI, o contrato foi assinado em abril em Penedono. Os avisos chegaram á quinze dias, a CIM assinou em Penedono. A CCDR só lançou os avisos nas últimas três semanas, ou seja, de abril até há três semanas atrás ninguém podia tratar de nada. O que está em cima da mesa e o que nós temos de fazer é disso que se devia falar. O que se passa é muito simples. Os municípios com grandes orçamentos têm capacidade orçamental de começarem as obras sem terem a certeza da candidatura. E depois quando a candidatura vem, candidatam-se, isto porquê, porque a partir de 2023, todas as obras que cumpram os requisitos legais da contratação pública, mesmo depois de concluídas, podem ser candidatas. Os municípios mais pequenos como o nosso, Vila Real não consegue e tem um orçamento já significativo, Lamego não consegue, não conseguimos lançar as obras com o orçamento municipal, temos de esperar pela candidatura exatamente para depois fazermos a gestão orçamental. Agora relativamente aos empréstimos, nós temos é muito medo de outros fantasmas senão como é que nós resolvíamos o problema. Muito simples pedíamos o limite do endividamento e ganhávamos folego orçamental para iniciar as obras, tínhamos candidaturas, não usávamos o empréstimo, mas isso parece mal ao PSD, quando a

maior parte das Câmaras afetas ao PSD tem opinião contrária e é curioso que falem nos 700 mil euros da pavimentação e não falem dos 3,400 milhões que nós tínhamos em 2013 e agora vão em 970 mil. E também é curioso que não tenham ido ao mapa dos empréstimos que nós estamos a pagar dois empréstimos de dois bairros sociais, é uma questão de seriedade. Nós assumimos as dividas e pagamos. Eu estou a dizer é que quando falo nos 700 mil € que usamos em pavimentações, e que agora temos de investir mais, e vou ver qual é a posição do PSD para pedirmos outro empréstimo, se querem ou se não querem, se querem dinheiro em caixa e ter as coisas novas, é uma opção. Agora quando toda a gente, quando todas as câmaras, quando o governo retira o endividamento uma série de empréstimos, quando estão em cima da mesa, espante-se, que os empréstimos para manutenção e reparação da rede viária, sair do endividamento ou seja, os municípios pedirem tudo e não contar para o limite do endividamento, é preciso perceber o que é a questão financeira de um município por isso nós, nos empréstimos temos feito uma coisa extraordinária, como disse tínhamos três milhões quatrocentos e tal, temos agora novecentos e setenta mil, tendo feito um empréstimo e utilizado o dinheiro todo. Relativamente à apresentação histórica que o PPD/PSD quer fazer do orçamento, eu pergunto, o PSD esteve no poder de 1975 a 1985, teve muitas juntas neste período, qual foi o Presidente da Junta que teve uma representação pública do orçamento aos seus fregueses. Para já infelizmente não consegue lá chegar, portanto se não conseguem lá chegar e terem esta medida, esta medida é inócua, ou seja, querem que seja apresentado e não têm ninguém para apresentar, se fosse assim tão importante, alguns fregueses lhes dariam um resultado positivo e quereriam ajuda, mas pelos vistos não é assim tão importante. E mais, esta ideia da apresentação pública é das linhas gerais, não se pode discutir um Plano e

Orçamento com a população. Meus senhores, sonhadores há muitos, sonhar é fácil, ganhar é difícil. Agora como é que 200,300 ou 400 pessoas iam discutir rubrica a rubrica? Isto só, nem na escola nem com uma turma da escola, quanto mais com apresentações públicas. Depois é muito importante que nós percebamos que normalmente é replicado nas assembleias, os votos dos vereadores, está aqui escrito, mas curiosamente não leu a nossa declaração de voto, os senhores vereadores que na declaração de voto dizem que não viam o fio condutor das nossas propostas e antes dizem que só 80% já lá estavam, então se 80% já lá estavam só temos 20% de diferença. Se 80% estão lá, o fio pode ser alterado, se não alteramos é porque seguimos sempre e mais, assumimos e está lá dito, em 2013 nós fizemos um programa para 12 anos, estávamos muito confiantes, estávamos, os penaguienses acreditavam, confiavam, confirmaram, não faz sentido nem passa pela cabeça de ninguém que no último ano de mandato se fizesse tudo. O que se pode fazer é alterações em função dos tempos e também já foi aqui dito porque, é tudo muito bonito dizer que não se faz, quando nós em 8 anos fizemos mais investimento que nos ciclos anteriores, não dão conta, mas é verdade, é só fazerem as contas, podem pedir as contas que elas estão feitas. É muito curioso que foquem nisso, porque de fato, nós temos dois problemas. Falam que nós não atraímos economicamente, toda a gente sabe, nós muito rapidamente e de forma totalmente transparente porque passou nos olhos, decidimos alienar o terreno da Sr.ª da Guia. Para lá das razões técnicas, que tinham razão mas não foram assumidas, portanto, entre assumir uma questão técnica que podia ter deixado dúvidas e atrair investimento de três ou quatro milhões, a oposição e bem, decidiu-se pelas questões técnicas, não estou a criticar a posição da oposição, eu estou a dizer que poderiam arriscar, poderiam arriscar mas não

arriscaram, foram pelo seguro e bem, mas isso inibiu um investimento que depois teve uma queixa no Tribunal de Contas por causa de querermos alienar um terreno para uma empresa do Concelho, que foi a hasta pública, toda a gente soube só que o concorrente não quis, não foi entregue, nem por baixo da porta, nem por baixo da mesa, foi em hasta pública, apareceu um concorrente e tivemos esses problemas. Portanto é preciso perceber que a vontade de se querer investir não é uma vontade direta. Nós temos a Zona Oficinal, tivemos dois anos para libertar o nó, porque esteve parado no Tribunal. Temos jovens que chegam aqui ao pé de nós, toda a gente diz que não damos hipótese aos jovens, chegam aqui os jovens olhe, é possível, está bem, lote há, hasta pública, só apareceu um, adjudicou o lote, comprou o lote, estamos à espera da escritura de reversão, é culpa da Câmara? A não ser que ele quando faz a escritura tenha de indemnizar aqueles que não fizeram, mas se nós pusemos uma clausula indemnizatória, não vem cá ninguém, então é culpa da Câmara? Temos outro que foi agora dia 25, transitou em julgado, e temos um investimento à espera há dois meses. A outra questão que se fala muito é a questão económica. Se nós formos ver os municípios que têm capacidade económica é muito simples. Começamos por Chaves, Chaves tem uma cidade estado de fronteira que é uma cidade da indústria. Está com dificuldades em instalar tecnologia de ponta porque ainda não tem capacidade para satisfazer essas coisas. Depois passamos a Vila Pouca, a economia de Vila Pouca anda nos produtos que tem, anda no granito, anda na castanha. Vila Real é uma cidade, cresceu porquê? Não foi investimento da Câmara. Se nós formos sérios, a cidade de Vila Real cresceu quando teve a UTAD. Nos anos oitenta, o pib per capita de Santa Marta de Penaguião, se calhar era um dos maiores do País, porque as nossas caves pagavam a 500€ a pipa. Então o que é que isto diz, isto diz

que o nosso vinho, se as nossas caves mantivessem o rendimento que tinham nos anos 80, o nosso PIB era totalmente diferente e nós não podemos inventar outro. Nós não podemos mudar a castanha porque a castanha as pessoas não querem. Nós temos um baldio em que oferecemos o projeto e a planta e perguntamos quem é que tratava das plantas. Agora querem indústria, queremos sim senhor, para onde é que eles vão, alguém vem de Lisboa fazer quilómetros e pagar portagens para investir em Santa Marta de Penaguião, para ir para o mar, para exportar? Alguém vem para cá, com os impostos que temos? Então a AD queria baixar 4 pontos e depois ficou nos 2 pontos de IRC e acham e acham que um investidor estrangeiro vem para cá, um município como Santa Marta que fica longe do mar, da forma que está se for uma indústria transformadora. Nós temos de ver o caminho por onde devemos seguir e o único caminho a seguir é junto do Douro e transformar o rendimento no Douro, e distribuir por todos os municípios do Douro, mas há alguns municípios que não querem porque são autossuficientes, por exemplo, na quarta feira já se percebeu que as amendoeiras em flor são um produto do Douro, não só dos quatro municípios. Agora as amendoeiras, as amêndoas para darem dinheiro é preciso investimento, é preciso porque como sabem ou deviam saber, houve um industrial que quis instalar uma fábrica para produção da castanha na Campeã e não conseguiu, e sabem porquê que não conseguiu, curiosamente nesse ano a castanha duplicou. Em Valpaços, quando houve uma pretensão para instalar uma fábrica de transformação de castanha na Campeã ou no Viso, mas era mais fácil na Campeã, a castanha nesse ano dobrou e depois no ano seguinte voltou ao mesmo. É preciso perceber as dinâmicas económicas que nós temos aqui. -----

----- Depois relativamente às propostas é verdade. É verdade que apresentaram, não é verdade que fosse mentira, nós nunca dissemos que era mentira. Está na declaração de voto que pela primeira vez desde 2013, apresentaram propostas, mas o resultado foi tanto que até apresentaram propostas para nós intervirmos na propriedade privada. Duas propostas, não diga que não, a casa onde viveu o Sr. Padre Mendes é da Câmara? a Câmara pode intervir? Se lhe dissessem que na rubrica de apoio às obras da Igreja, que podíamos dar um subsídio, isso é outra coisa, não a proposta. Requalificação da casa, a casa não é da Câmara, só por ajuste. Campo Flávia, reforço da iluminação, o campo é da Câmara? É preciso perceber isso e depois tem aqui se quiser, não tem ilusões porque é muito novo, mas se tem insónias, 80% das respostas que estavam ali, estão aqui em 2024. Em 2024. 80% das propostas que estavam ali, estão aqui. Portanto de novo, não consigo perceber, alguém que me explique como é que 80% das propostas apresentadas e depois votam contra. E para terminar naquilo que nos é mais próximo e muito querido que é a taxa de natalidade vou-lhe dizer, para não dizer os outros, não se nota diferença nenhuma, mas há um que é do PSD que atribuiu 1000 euros por nascimento e 50 euros por cada mês nos primeiros três anos. Portanto 36 meses dá 2.800 euros a cada criança e em 2021 nasceram 24, em 2022 nasceram 32 e em 2023 nasceram 23, portanto aumentou os apoios e baixou a natalidade. Se o apoio monetário á natalidade faz nascer, como é que é possível que este município tenha aumentado e dado 50 euros nos primeiros 3 anos e nasceram menos, não consigo perceber, nem consigo explicar, portanto, aqui a natalidade já foi dita que é pela medida per capita, nós temos inclusive funcionários da Câmara Municipal que não têm cá domicílio fiscal, temos inúmeras pessoas de Santa Marta que não têm cá domicílio fiscal. Portanto estas contas que se fazem de

estatística é como o outro, vamos comer um frango, eu como um frango inteiro, você não come nenhum, se somos dois, conta como meio frango para cada um. A estatística é esta, dois para comerem um frango, dá meio frango para cada um e eu comi o frango todo. É preciso cuidado nestas questões, é preciso perceber uma coisa muito simples. Todos nós sabemos que os limites autárquicos são de 12 anos, e não faz sentido que no último ano de 12, uma medida dessas altere tudo de uma vez. Se me disserem assim, não conseguimos realizar os investimentos, é verdade, mas é engraçado que no período de 1995 a 2013, o PS que estava no poder, o PS, foi criticado em todas as assembleias porque só tinha obras. Agora faltam-lhe obras, têm de se decidir, ou querem obras ou não querem obras e foi-lhes dito em 2013, por mim, que primeiro estavam as pessoas e as obras eram secundárias. Se me dissessem assim já deviam estar feitas, mas também se forem sérios vêm situações que não dependeram de nós, situações que aconteceram, opções que foram feitas que não correram bem e também não tivemos sorte, é a vida. Por exemplo, sabem que as pessoas falam, falam, temos Vila Real com o mesmo partido, teve um problema danado, esteve quase dois anos com uma obra parada e só agora é que iniciou e mais, para terem uma ideia, esse empreiteiro fez uma coisa muito extraordinária. A Câmara de Vila Real ia expropriar um terreno, ia limpar por causa dos limites e ele depois foi dizer que alteraram a tipografia do terreno e ele foi prejudicado e o Tribunal deu-lhe razão. Portanto o tribunal, feliz ou infelizmente passa a dar razão a quem não quer trabalhar, é a vida, eles é que mandam. Na questão das nossas candidaturas, se as coisas correrem bem, naturalmente, nós vamos lançar, quer o Origem D'Ouro, quer o Parque Espírito Santo, principalmente no Parque Espírito Santo, nós estamos em revisão do projeto e logo que ele esteja pronto, serão lançadas as obras que já estão

nos avisos. Na questão do edifício estamos á espera do projeto e na questão do Auditório estamos á espera também do projeto e no Centro de Saúde penso que está já tudo pronto para avançar, sendo que, penso que tínhamos 221 mil €, temos agora a dotação em 630mil ou 670mil. Agora as obras não correram como nós queríamos, mas garantidamente os penaguienses estão melhores do que estavam em 2013, e se tudo correr bem em 2025 vão estar melhor do que estavam em 2024. Obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Sr. Presidente, antes de mais vou ter de lhe dizer que os seus dotes de adivinhação estão a ficar muito fracos porque vou-lhe dizer, eu tanto li a sua declaração de voto, como já sabia aquilo que o Senhor ia responder do orçamento aqui, por isso é que guardei algumas coisinhas para falar percebe, porque ao contrário do Senhor que não acha que na política se deve evoluir e apresentar-se um orçamento, eu de assembleia para assembleia vou evoluindo e agora respondendo aqui ao meu colega deputado municipal, António Júlio, que veio aqui falar de eficiência energética dos Paços do Concelho e uma série de coisas e eu pergunto, mas no Orçamento viu que só contam 500 euros, viu isso, que só constam 500 euros na dotação? É só nisso que temos de nos basear ou seja, nos Paços do Concelho ou noutros edifícios que referiu 500 ou mil euros, é isso que acontece. Depois Sr. Presidente eu não percebo a sua insistência em trazer sempre para as assembleias o Campo Flávia, é por eu ser o Vice-presidente do Cumieira? Trás sempre para aqui, eu já agradeci aqui na assembleia municipal, a si, a uma pessoa que esteve muito dentro deste projeto o Senhor Vereador, já agradeci na assembleia, já agradeci pessoalmente, querem que faça mais o quê? Trás sempre para aqui o campo Flávia,

até parece que não há mais nada, já dei os parabéns, quer que lhe dê os parabéns novamente, eu dou-lhe os parabéns a si e ao executivo, pela obra feita na Cumieira, relativamente ao campo da Flávia. Estão todos convidados a irem lá assistir a um jogo, a beber um copo no bar, o que quer que seja. Depois Sr. Presidente sabe o que é que era melhor do que meter 100 euros no Orçamento da receita de uma feira? Era efetivamente fazer de 3 em 3 meses, uma vez por mês, fazer uma feira, isso é que era melhor do que pôr lá 100 euros e receber 500 euros ou não era fazer. Depois isto agora sei que não pode haver diálogo, mas eu não percebi uma coisa relativamente ao que o Sr. Presidente disse acerca do motorista, as horas extra do motorista e que os clubes não pagam ao motorista como assim? Nós pelo menos pagamos cada vez que o Cumieira sai, nós pagamos ao motorista, se as outras associações pagam ou não, não faço ideia, nós pagamos, mas, se as outras associações não pagam, nós reivindicamos já para não pagar também. Depois, relativamente á apresentação do Orçamento, eu acho que temos de evoluir, não é porque não se fazia há 40 anos que não se pode fazer, e como é lógico Senhor Presidente, acho que ninguém quer uma reunião aberta ao público, que se vai mostrar aqui esta rubrica, ou aquela, não, é a linha orientadora, aquilo que se vai fazer para, este ano, é isso que nós pretenderíamos ver apresentado. Depois aquilo que eu disse dos 80%, não foi 80% das propostas, foi 80% das obras de 2014 que no Orçamento de 2014 a 2021, não foram executadas, foi isso que eu disse. Também falou sobre o investimento, sobre o terreno do Alto da Guia. O senhor está a dizer que foram os vereadores do PSD que alertaram e o negócio não foi para a frente. Então os vereadores do PPD eram maioria? Então porque é que o senhor não assumiu o negócio para ir para a frente, teve medo de alguma coisa, porque é que não assumiu? Depois também, eu perguntei

e o senhor respondeu-me, para o Senhor Presidente, os incentivos á natalidade para si são zero, que não representam qualquer tipo de investimento para o município e eu agora convido todos os meus colegas deputados e se houver um que não concorde com isto, por favor que se levante e que venha aqui dizer, eu não concordo com isto porque, acho que essas medidas são péssimas. Eu vou dizer por alto as medidas que a minha bancada PPD/PSD-CDS.PP, apresentou para o executivo municipal levar a reunião do orçamento e constar do orçamento. 3500 euros por cada criança que nasça no concelho de Santa Marta de Penaguião, apoio na fatura da luz de 50% ou um máximo de 25 euros durante 2 anos, apoio na fatura da água de 50% ou um máximo de 25 euros, apoios de artigos de farmácia e alimentação no valor de 50 euros por mês durante 2 anos e também a criação de um parque infantil, porque eu também podia falar disso, o parque infantil. Há dois anos no orçamento previam-se 800 mil euros para a construção de um parque infantil, o ano passado previam-se 500 mil euros para a criação do parque infantil, este ano, quanto é que se prevê? Mas ele já veio, já foi encomendado pelo menos, mas em Santa Marta de Penaguião, é necessário um parque infantil. Todas estas medidas não ajudam em nada o aumento da natalidade. Agora se vocês forem ver, gastar 50 euros, em artigos de farmácia, tinham de ser lojas ou comércio do Concelho de Santa Marta de Penaguião, e agora para vocês terem um bocadinho de noção, esta proposta gigante quando ouvimos falar em 3500 euros por cada criança que nasça é pá, isso vai dar um balúrdio, é muito dinheiro, um valor tão alto. Se nascerem 15 crianças dá um valor por ano de 120 mil euros, eu acho que é dinheiro bem mais investido na natalidade do que em muitas outras coisas que se fazem por aqui. Depois, relativamente às rubricas que se abrem para ver se há projetos, candidaturas, etc eu percebo isso muito bem, mas quantas

vezes isso aconteceu desde 2014, quantas rúbricas ficaram abertas e não houve qualquer tipo de investimento? E depois, o Senhor Presidente fez uma linha de orientação para 12 anos, mas agora vamos pensar num cenário negro, um cenário hipotético, que não havia limitação de mandatos, eu concordo com a limitação de mandatos, mas, vamos pensar num, imaginemos que não havia e até 2050, o senhor presidente, e volto a dizer num cenário negro, ganhava as eleições até 2050, eu tenho a certeza que em 2050, os colegas que aqui estivessem nesta Assembleia ainda estariam a falar em obras inscritas em 2014. Obrigado.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio Fernandes, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Senhor deputado, ora vamos lá de uma vez por todas, não existem duas verdades, só existe uma verdade. Eu vim aqui dizer que vocês não têm razão quando dizem que há uma rúbrica de 500€, eu pergunto aqui, é verdade ou mentira que existem mais de 30.000€ para dotações e combate às alterações climáticas, nós temos aqui o Senhor Chefe de Divisão, temos aqui o Executivo Municipal, eu quero saber quem é que está a mentir porque o senhor deputado já me tem vindo a acusar e eu quero perguntar quem é que está aqui a mentir eu ou o Senhor deputado. É verdade ou mentira que existem 30.000€ para alterações climáticas plasmados neste orçamento? Só isso é que eu lhe quero perguntar e quero que me responda, se quiser até lhe digo a rúbrica, se quiser eu digo mas o que eu pergunto é quem é que dos dois está a mentir, não existem duas verdades, acho que isto já se tem vindo a arrastar há muitas assembleias, deixar dúvidas a pairar no ar, eu quero que fique aqui bem explícito qual dos dois está a mentir, se é verdade ou se é mentira. Muito obrigado.” -

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Quem trouxe outra vez o campo Flávia á baila foram os senhores vereadores da oposição na declaração de voto, aliás foi nas propostas que trouxeram o campo da Flávia, não foi o Presidente. Nas propostas apresentadas pelos senhores vereadores, vinha lá o reforço de iluminação do campo Flávia, não foi o Presidente da Câmara. Não preciso de parabéns nenhuns, fi-lo com gosto, assumi desde a primeira hora valores diferentes e não faltei à palavra nem o executivo socialista faltou à palavra. Depois dizer-lhe há coisas que não se percebem bem. Vamos fazer assim, falou-se tanto em alterações climáticas que o tema está gasto e as pessoas já nem se preocupam. O que nós vamos fazer na CIM Douro em princípio em abril é mostrar às pessoas como estará o nosso Douro daqui a 10 ou 15 anos, com especialistas internacionais, se nós não fizermos nada. O que nós temos de fazer é aquilo que estamos a fazer. É que nós, nas linhas de água, nós não mudamos o solo. Depois nós não queremos painéis, os painéis que os municípios querem e que as pessoas não querem porque têm impacto visual, agora alterações climáticas o que é que o município faz a não ser cuidar bem do nosso PDM, cuidar bem das nossas linhas de água e continuar a trabalhar em conjunto, são coisas diferentes. Depois há outra coisa que já se falou, que tem a ver com a feira que nós tínhamos em 2008. Mas é bom lembrar e já foi aqui dito, a razão porque as feiras não funcionam, e quem é mais experiente sabe que as feiras que eram ao sábado em Santa Marta de Penaguião acabaram na mesma altura que a Viúva Carneiro deixou de fazer transportes de Fontes e Fornelos, aliás, Soutelo e Fornelos, deixou de haver transporte público, as pessoas deixaram de vir e os feirantes foram embora. Se forem ver as contas, nós*

vamos pagar só de autocarros, só de Fornelos 45 mil euros por ano, acham que faz sentido a Câmara gastar 30,40, ou 50 mil euros de transportes públicos ao sábado para os autocarros virem vazios? É preciso fazer essas contas todas e perceber bem a questão. Depois há uma coisa que não conseguiram perceber. O que nós dizemos, é que nos mantemos fiéis a 2013, não é um plano porque nós só temos um plano depois de sermos eleitos, o que nós temos é um programa eleitoral e é engraçado quando as pessoas fazem essa gestão, nós não tínhamos o terreno do Espírito Santo, comprámos depois, nós não tínhamos a casa dos herdeiros do Sr. Afonso Prior, comprámos depois, o terreno em cima foi comprado depois, o que nós tínhamos era uma ideia e um projeto de afirmar Santa Marta e acho que será justo perceber que hoje Santa Marta no País, na região é mais visível, no País e mesmo no Mundo é muito diferente do que era em 2013. E depois outra questão, é a questão das propostas, nós os políticos, até temos o costume de ver o debate no orçamento de Estado e normalmente os governos até pedem á oposição para fazer contas. As contas que o Sr. Deputado aqui apresentou da natalidade quanto é que custam? Nem sabia quantos nascimentos há, falou em 15, há 3 anos que nascem mais. Para terem uma ideia o PSD apresentou propostas sem saber do universo para quem eram. O senhor deputado falou em 15, desde 2021 que são 21. Portanto, é importante que as pessoas percebam o alcance das medidas e quanto custam, porque se bem me lembro ficaram muito desanimados quando no PBEC nós temos cento e tal mil euros, 120 mil euros, salvo erro. É preciso balancear bem essas propostas e naturalmente fazer contas. O que eu disse é que nos mantemos fiéis a 2013 e se forem ver os nossos programas eleitorais, eles pouco diferem e se nós conseguirmos, não vamos ter tempo, mas se nós conseguíssemos, o Origem D'Ouro e o Parque Espírito Santo,

lhes garanto que nós erámos um município de visitação. Da mesma forma lhes garanto que quando estiverem concluídos nós vamos ser um município de visitação. Custa-lhes esta firmeza, possivelmente sim, mas também vos garanto que é esta firmeza que vos mantém afastados do poder.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Olhe Senhor deputado António Júlio você veio aqui muito enervado, vá á pagina 65 e diga-me o que é que está lá, requalificação e valorização energética do edifício dos Paços do Concelho, 500 euros, então, mas quem é que aqui mente, quem é que aqui diz, escusa de vir aqui todo enervado. E depois Sr. Presidente eu disse 15, se eu tivesse dito 30 como dizia o Guterres, é só fazer as contas.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio Fernandes, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Para não continuarmos com esta questão eu pergunto se é verdade ou mentira que estão lá dotados 30 mil euros, está cá quem nos consiga responder, peço autorização ao Sr. Presidente desta assembleia e ao executivo municipal se é verdade ou mentira que estão dotados 30 mil euros para as Escolas, eu só peço que me digam se é verdade ou mentira, a minha questão foi rápida e simples.” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Bem, só para terminar, normalmente nós dizemos sempre que estas coisas deviam começar quando acabam, e é verdade. O Senhor disse que as contas se fazem depois como disse o Guterres, e é por isso que não confiam em vocês.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 16 votos a favor da bancada do Partido Socialista, Por Medrões Sempre e Fazer Mais Pela Nossa Terra, e 5 votos contra da bancada do PPD/PSD-CDS.PP.** -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2025 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

-----Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Relativamente ao mapa de pessoal e ao mapa de recrutamento, a minha bancada é de opinião que apesar de a lei o permitir, só se deve contratar quando se precisa para aquela função, contrata-se e para quê, para não sobrecarregar o município, é aquilo que nós viemos muitas vezes aqui dizer, o fato não é contratar, ninguém está contra contratar pessoas, nós não temos nada contra o emprego, temos é contra por vezes contratar pessoas só porque sim. Isso é que é o grande problema. Eu trouxe aqui um exemplo que é apenas ilustrativo, nem é crítica, é até uma certa indicação que eu gostava de fazer ao Senhor Presidente e para estarem atentos a estas situações, ou seja, relativamente às vagas, vou destacar uma que vi para assistente administrativo para os julgados de paz, muito bem, Santa Marta de Penaguião é a sede dos julgados de paz, tem bastante trabalho e eu, até em virtude da profissão, também já recorri aos serviços de julgados de paz, acho que é uma coisa*

ótima que temos aqui no nosso concelho e as técnicas que lá estão desempenham brilhantemente a função para que foram contratadas porque já o pude confirmar, mas eu acho que não seria um assistente técnico para os julgados de paz quando depois vamos ver e a Juíza dos julgados de paz vem cá de 15 em 15 dias, ou vem cá uma vez por semana. Os julgamentos, julgo eu, deveriam ser feitos todos em Santa Marta de Penaguião, se forem todos feitos em Santa Marta, é o comércio que lucra, os meus colegas advogados vão às finanças, vão á conservatória, almoçam, tanto as partes como os advogados almoçam ou jantam por Santa Marta de Penaguião e é dinheiro a entrar. Eu acho que aí o município devia ter mão e dizer assim, Senhora Juíza a sede dos julgados de paz é em Santa Marta de Penaguião e deveria estar cá, se os julgamentos fossem feitos todos os dias em Santa Marta de Penaguião eu nunca iria estar contra contratar dois ou três técnicos para os julgados de paz, e aí acho que o município devia pôr cobro de certa forma a isso porque o acordado inicialmente não deve ter sido isso. -----

----- Uma vaga para alguém para as alterações climáticas e parece uma redundância, não fazemos nada ou pouco nas alterações climáticas, mas depois podemos contratar alguém para as alterações climáticas, só para poder contratar. Isso na minha ótica é que não faz muito sentido e depois como sabemos há muitos concursos também que são abertos, porque há pessoas que até já têm qualquer tipo de avença na Câmara e então naquele concurso, já só falta vir o nome da pessoa para quem aquela vaga é, porque eu vou-lhe dizer mais, eu e os meus colegas em conversa privada, muitas vezes, ou até sempre que sai um concurso de recrutamento, temos acertado na pessoa que ganhou o lugar, temos acertado até agora, portanto se fosse o euro milhões, já todos estávamos ricos há muito tempo.”-----

----- Solicitou a palavra o Senhor deputado António Júlio Fernandes, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“Foi realmente cómico ouvir dizer que o executivo tinha mão na agenda de um magistrado. Isto realmente foi cómico e ficará gravado na nossa memória. Continuar a dizer-lhes que efetivamente, quando se fala de seriedade e coerência, elas têm de andar de braço dado e quando andam de braço dado nós não podemos dizer que somos contra as horas extraordinárias e vir aqui criticar quando se abre um lugar também se vota contra. É essa a minha questão, é-se contra as horas extras, é-se contra a abertura de um lugar, nós temos de ser coerentes, é essa a minha questão, é ser contra por ser contra? Não pode ser, não podemos ter sol na eira e chuva no nabal. Muito obrigado.”* -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- *É só para esclarecer aqui algumas coisas. Não é só nas contas. Era de bom tom que o Senhor Deputado tivesse perguntado o que é que nós fizemos quando a Sr.^a Dr.^a Juíza que pode fazê-lo, começou a privilegiar Vila Real em detrimento de Santa Marta de Penaguião, e pode perguntar o resultado dessa intervenção. Segundo, há uma coisa que nunca fizeram, eu não deveria ter dito que fizessem as contas, mas vou dizer porque sim. Já compararam a previsão das despesas com pessoal e a realizada? Por acaso sabem que se nós pusermos mais um lugar no quadro ele tem de ser referido no orçamento, ou seja, o montante que está para o pessoal paga o quadro todo? Já deram conta que há para aí 20 lugares que não estão preenchidos? Portanto quando fizer estas contas todas o senhor possivelmente terá outra posição. Outra questão, também devíamos, sabem que nós para fazermos um contrato de avença temos de ter um lugar previsto no quadro e sabem, aliás não sabem, se*



soubessem não diziam, que nas candidaturas há a maior disparidade de habilitações. Se fizerem esse estudo todo vão perceber como as coisas se fazem. Há outra coisa senhor deputado, eu espero que o Natal faça bem, porque as considerações que fez sobre os concursos, são muito graves, que implicam 308 Presidentes, implicam 308 Presidentes. Portanto, pense bem no Natal e em fevereiro estaremos cá para conversar.” -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com 16 votos a favor da bancada do Partido Socialista, Por Medrões Sempre e Fazer Mais Pela Nossa Terra, e 5 votos contra da bancada do PPD/PSD-CDS.PP** -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 22 de novembro de 2024); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

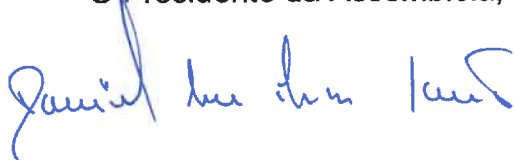
---- Ponto 3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

---- Neste ponto da ordem de trabalhos não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

---- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, José Emílio Esteves da Silva, com funções de 1.º Secretário, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:10 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



Daniel Filipe Matos dos Santos

1.º Secretário,



José Emílio Esteves da Silva